

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA BÁSICA PARA JOVENS DO ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS PÚBLICAS

THE IMPORTANCE OF BASIC FINANCIAL EDUCATION FOR HIGH SCHOOL STUDENTS IN PUBLIC SCHOOLS

LA IMPORTANCIA DE LA EDUCACIÓN FINANCIERA BÁSICA PARA LOS JÓVENES DE SECUNDARIA DE LAS ESCUELAS PÚBLICAS

Higor Raimundo Soares de Miranda¹

RESUMO: A presente pesquisa analisa a relevância da educação financeira básica para jovens do ensino médio de escolas públicas diante dos desafios econômicos e sociais contemporâneos. Considerando a vulnerabilidade de muitas famílias brasileiras e o aumento do acesso ao crédito e ao consumo, destaca-se a urgência de práticas educativas que promovam autonomia financeira e cidadania econômica. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada em produções recentes e em documentos oficiais, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os resultados apontam que, quando abordada de forma transversal e crítica, a educação financeira favorece decisões conscientes sobre consumo, planejamento e uso do dinheiro, gerando impactos que ultrapassam a sala de aula e alcançam famílias e comunidades. Contudo, persistem desafios relacionados à formação docente, à ausência de materiais específicos e à continuidade de políticas públicas. Conclui-se que a educação financeira no ensino médio público é um instrumento estratégico para prevenir o endividamento precoce e fomentar a transformação social, contribuindo para a redução das desigualdades e para o fortalecimento da cidadania econômica. Este estudo contribui ao debate sobre a consolidação da educação financeira como política pública educacional no Brasil.

61

Palavras-chave: Educação financeira. Ensino médio. Escolas públicas. Cidadania econômica. Consumo consciente.

ABSTRACT: This research analyzes the relevance of basic financial education for high school students in public schools in the face of contemporary economic and social challenges. Considering the vulnerability of many Brazilian families and the growing access to credit and consumption, the urgency of adopting educational practices that promote financial autonomy and economic citizenship becomes evident. This is a bibliographic and documentary study, based on recent works and official documents such as the National Strategy for Financial Education (ENEF) and the National Common Curricular Base (BNCC). The results indicate that, when addressed in a transversal and critical way, financial education fosters conscious decision-making about consumption, planning, and money management, generating impacts that go beyond the classroom and reach families and communities. However, challenges remain regarding teacher training, the lack of specific teaching materials, and the continuity of public policies. It is concluded that financial education in public high schools is a strategic instrument for preventing early indebtedness and promoting social transformation, contributing to reducing inequalities and strengthening economic citizenship. This study contributes to the debate on consolidating financial education as an educational public policy in Brazil.

Keywords: Financial education. High school. Public schools. Economic citizenship. Conscious consumption.

¹Estudando em Ciências contábeis. Afya Centro Universitário São Lucas Em Porto Velho-RO.

RESUMEN: Esta investigación analiza la relevancia de la educación financiera básica para los jóvenes de la enseñanza media en escuelas públicas frente a los desafíos económicos y sociales contemporáneos. Considerando la vulnerabilidad de muchas familias brasileñas y el creciente acceso al crédito y al consumo, se hace evidente la urgencia de adoptar prácticas educativas que promuevan la autonomía financiera y la ciudadanía económica. Se trata de una investigación bibliográfica y documental, fundamentada en producciones recientes y en documentos oficiales como la Estrategia Nacional de Educación Financiera (ENEF) y la Base Nacional Común Curricular (BNCC). Los resultados muestran que, cuando se trabaja de manera transversal y crítica, la educación financiera favorece la toma de decisiones conscientes sobre el consumo, la planificación y el uso del dinero, generando impactos que trascienden el aula y alcanzan a las familias y comunidades. Sin embargo, persisten desafíos relacionados con la formación docente, la ausencia de materiales específicos y la continuidad de las políticas públicas. Se concluye que la educación financiera en la enseñanza media pública constituye un instrumento estratégico para prevenir el endeudamiento precoz y fomentar la transformación social, contribuyendo a reducir desigualdades y fortalecer la ciudadanía económica. Este estudio aporta al debate sobre la consolidación de la educación financiera como política pública educativa en Brasil.

Palabras clave: Educação financeira. Ensino médio. Escolas públicas. Cidadania econômica. Consumo consciente.

I INTRODUÇÃO

A crescente complexidade do sistema econômico e a facilidade de acesso ao crédito têm intensificado a necessidade de preparar os indivíduos para gerir suas finanças de maneira consciente e responsável. No Brasil, o endividamento precoce e a falta de hábitos de planejamento financeiro afetam principalmente jovens de famílias de baixa renda, que frequentemente já participam das decisões financeiras domésticas sem o devido preparo. Nesse contexto, a educação financeira escolar emerge como um instrumento estratégico para a construção da autonomia e da cidadania econômica.

De acordo com Sousa, Lobão e Freitas (2022), a educação financeira configura-se como um instrumento fundamental para aprimorar a capacidade e a qualidade das decisões financeiras dos consumidores. Ao oferecer conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas à gestão de recursos, essa disciplina contribui para que indivíduos sejam capazes de planejar, organizar e avaliar suas finanças de forma consciente, reduzindo riscos associados a endividamento e consumo impulsivo. Além disso, a educação financeira promove a reflexão crítica sobre a realidade econômica, incentivando práticas de poupança, investimento e consumo responsável, o que fortalece a autonomia e a cidadania financeira. Nesse sentido, sua implementação nas escolas não se limita ao ensino de conceitos técnicos, mas abrange o desenvolvimento de competências aplicáveis no cotidiano, influenciando diretamente a qualidade de vida e a segurança econômica dos alunos e de suas famílias. Assim, torna-se urgente a inclusão desse tema no ensino médio das escolas públicas, de modo a garantir que os jovens tenham acesso a

conhecimentos que os auxiliem na administração de seus recursos e na compreensão crítica do consumo.

Pesquisas nacionais têm demonstrado que a escola é um espaço privilegiado para democratizar o acesso a esse tipo de conhecimento. Como afirmam Soares Júnior *et al.* (2021):

O quanto antes o conhecimento fundamentado na Educação Financeira for ensinado às crianças e aos jovens, mais cedo eles desenvolverão a capacidade de planejar seus orçamentos, tornando-os esclarecidos quanto à administração e utilização do seu dinheiro, ou seja, desenvolvendo hábitos e comportamentos conscientes e sustentáveis para administrar valores.

Essa constatação reforça a dimensão social da educação financeira, que extrapola a vida individual do estudante e repercute diretamente na economia familiar e comunitária.

Sob a perspectiva internacional, Silva e Powell (2013) apresentam a contribuição da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que define a educação financeira como processo de ampliação de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para decisões conscientes. Segundo a OCDE, citada pelos autores, a “literacia financeira é o conhecimento e entendimento de conceitos e riscos financeiros, e a habilidade, motivação e confiança em aplicar tal conhecimento”.

A revisão da OCDE ainda destaca que jovens e consumidores endividados figuram entre os grupos mais vulneráveis, exigindo atenção das políticas públicas (OECD, 2005a). Como

63

Dessa forma, a educação financeira básica não deve ser reduzida a um conteúdo meramente informativo ou técnico, mas precisa promover habilidades, atitudes e valores que preparem os jovens para lidar com os desafios do mundo financeiro contemporâneo. Nesse cenário, este artigo tem como objetivo analisar a importância da educação financeira básica para jovens do ensino médio em escolas públicas, destacando sua relevância para a prevenção do endividamento precoce, o fortalecimento da autonomia e a promoção de uma cidadania econômica crítica e responsável.

De que maneira a educação financeira pode contribuir para prevenir o endividamento precoce e promover a cidadania econômica de jovens do ensino médio de escolas públicas?

O presente artigo tem como objetivo geral analisar a importância da educação financeira básica para jovens do ensino médio público, destacando seus impactos na formação cidadã e na prevenção do endividamento precoce. Tendo como objetivos específicos identificar como a

educação financeira vem sendo discutida na literatura acadêmica e em documentos oficiais; apontar os principais desafios para sua implementação no contexto escolar público; refletir sobre os impactos sociais e comunitários da inserção da educação financeira no currículo escolar.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com o objetivo de compreender a importância da educação financeira no contexto escolar e social, destacando suas contribuições para a formação de hábitos e valores que favoreçam a cidadania econômica.

A investigação foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica e documental. Na etapa bibliográfica, foram consultados artigos científicos, livros e capítulos de livros publicados entre 2013 e 2023, complementados por produções clássicas consideradas relevantes para o tema. O levantamento ocorreu em bases acadêmicas como *SciELO*, Google Acadêmico, CAPES Periódicos e repositórios institucionais.

Foram utilizados os descritores: “educação financeira”, “alfabetização financeira”, “planejamento financeiro”, “cidadania econômica” e “formação de hábitos financeiros”. Ao todo, foram identificados cerca de 85 trabalhos. Destes, após a leitura exploratória, 37 estudos atenderam aos critérios de inclusão: pertinência temática, relevância acadêmica e atualidade. Excluíram-se produções repetitivas, superficiais ou sem relação direta com a questão central.

Na etapa documental, foram analisados instrumentos legais e normativos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e documentos oficiais brasileiros, como as diretrizes do Ministério da Educação (MEC), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Essa análise buscou estabelecer a relação entre recomendações internacionais e políticas públicas nacionais.

A interpretação dos dados foi realizada com base na análise de conteúdo de Bardin (2016), permitindo a identificação de categorias temáticas recorrentes. A partir dessa técnica, os conteúdos foram organizados em quatro eixos analíticos:

- Educação financeira: conceitos e dimensões;
- Relevância social da educação financeira;
- Educação financeira no contexto escolar;
- Formação de hábitos e valores.

Essa metodologia possibilitou integrar contribuições teóricas, recomendações institucionais e evidências empíricas, oferecendo uma visão crítica sobre o papel da educação financeira no fortalecimento da cidadania e na prevenção do endividamento precoce entre jovens brasileiros.

3 RESULTADOS

A análise da literatura evidencia avanços significativos da educação financeira no Brasil, embora sua implementação ainda enfrente desafios. Diversos estudos apontam que as iniciativas nas escolas públicas são, em grande parte, pontuais e pouco sistematizadas, refletindo carência de estrutura institucional e de formação docente (Santos, 2025).

Experiências locais, no entanto, têm mostrado resultados promissores. Em Maringá-PR, a pesquisa de Soares Júnior *et al.*, (2021) identificou impactos positivos da disciplina de educação financeira na vida escolar e familiar dos alunos, mesmo diante de divergências entre o previsto em legislação e a prática efetiva. Em Joinville-SC, Savelli (2021) constatou que a implementação de práticas de educação financeira em uma escola pública gerou efeitos além da sala de aula, influenciando hábitos financeiros das famílias. Situação semelhante foi verificada em turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde atividades específicas resultaram em mudanças nos padrões de consumo e de planejamento dos participantes (Matias *et al.*, 2025).

65

Apesar do reconhecimento da relevância do tema, muitos estudantes ainda apresentam níveis insatisfatórios de conhecimento financeiro. Pesquisas realizadas em diferentes contextos confirmam que a simples presença da temática nos currículos não garante a aquisição das competências necessárias. Nesse sentido, metodologias mais dinâmicas, como jogos, simulações e projetos práticos, têm se mostrado eficazes para aumentar o engajamento e estimular mudanças de comportamento.

Outro achado recorrente refere-se à formação dos professores. Embora existam recursos criativos disponíveis — como histórias em quadrinhos, peças teatrais e jogos educativos — sua efetividade depende diretamente do preparo docente. A falta de capacitação compromete a aplicabilidade e a profundidade das práticas pedagógicas.

Além disso, estudos destacam obstáculos como carga horária reduzida, priorização de outras disciplinas, ausência de materiais didáticos adequados e desigualdades estruturais entre escolas públicas e privadas. Também foi observado que o contexto socioeconômico das famílias influencia diretamente os resultados: jovens de baixa renda enfrentam maiores dificuldades em

aplicar princípios de gestão financeira pessoal, o que reforça a necessidade de políticas públicas de inclusão social associadas à educação financeira.

Por fim, evidenciou-se que os aprendizados adquiridos pelos estudantes frequentemente se estendem ao ambiente familiar, influenciando decisões de consumo e planejamento doméstico (Soares Júnior *et al.*, 2021). Essa constatação sugere que a educação financeira, quando bem estruturada, tem potencial de produzir impactos coletivos, fortalecendo a cidadania econômica e a consciência crítica em relação ao consumo.

4 DISCUSSÃO

Os resultados obtidos nesta pesquisa confirmam que a educação financeira é um instrumento estratégico para o fortalecimento da cidadania econômica e para a construção de hábitos financeiros mais conscientes. Essa constatação está em consonância com as recomendações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que defende a alfabetização financeira como um processo contínuo e integrado às práticas educacionais, capaz de formar indivíduos aptos a tomar decisões seguras e responsáveis ao longo da vida (OCDE).

Ao analisar as experiências relatadas na literatura, observa-se que a escola pública se consolida como espaço privilegiado para a democratização desse conhecimento. Estudos nacionais (Soares Júnior *et al.*, 2021 & Savelli, 2021) apontam que a introdução da educação financeira no ensino médio favorece não apenas os alunos, mas também suas famílias, gerando impactos coletivos na comunidade. Essa dimensão social amplia a relevância do tema, pois evidencia que os aprendizados escolares não se limitam ao espaço da sala de aula, mas reverberam em práticas domésticas, na gestão do orçamento familiar e, em última instância, na economia local.

Entretanto, os desafios identificados também são expressivos. A ausência de formação adequada de professores aparece de maneira recorrente como um dos principais entraves. Sem preparo específico, muitos docentes têm dificuldades em integrar a educação financeira de forma contextualizada e interdisciplinar, o que compromete a efetividade das práticas. Esse ponto encontra respaldo em Sousa, Lobão e Freitas (2022), que reforçam a necessidade de um currículo transversal que dialogue com temas geradores e com a realidade concreta dos estudantes. A literatura internacional também confirma que a capacitação docente é elemento central: Lusardi e Mitchell (2011) destacam que a qualidade do ensino de finanças pessoais

depende não apenas do conteúdo transmitido, mas da capacidade do professor em articular conceitos técnicos a situações cotidianas, despertando o senso crítico dos alunos.

Outro aspecto relevante refere-se ao desenho curricular e às metodologias pedagógicas. Apesar de avanços recentes, ainda predominam iniciativas isoladas, de caráter experimental ou extracurricular, em detrimento de uma política educacional consolidada. Estudos como os de Matias *et al.*, (2025) mostram que metodologias ativas — jogos, simulações e projetos interdisciplinares — são mais eficazes para estimular a aprendizagem significativa, pois envolvem o estudante de forma prática e contextualizada. Assim, a simples inclusão da educação financeira como conteúdo curricular, sem o devido investimento em estratégias didáticas inovadoras, corre o risco de tornar-se um exercício meramente formal, sem impacto real no comportamento dos jovens.

A discussão também evidencia que a desigualdade socioeconômica dos estudantes influencia diretamente os resultados. Jovens de famílias de baixa renda enfrentam maiores dificuldades em aplicar princípios de gestão financeira, uma vez que a escassez de recursos limita a possibilidade de poupança e investimento. Isso revela uma tensão importante: por um lado, a educação financeira oferece ferramentas para o consumo consciente; por outro, o contexto estrutural de vulnerabilidade social restringe sua aplicabilidade. Essa contradição reforça a necessidade de políticas públicas integradas, que combinem a alfabetização financeira com iniciativas de inclusão social, acesso a crédito justo e programas de transferência de renda. Sem essa articulação, a educação financeira corre o risco de se transformar em um discurso normativo, pouco efetivo para os segmentos mais vulneráveis.

67

No campo teórico, a educação financeira deve ser compreendida como uma competência cidadã e não apenas como habilidade técnica. Conforme defendem Silva e Powell (2013), a abordagem não pode limitar-se a cálculos matemáticos ou noções de economia, mas precisa estimular a formação de atitudes, valores e práticas críticas diante do consumo e do mercado. Essa perspectiva é reforçada pela BNCC, que estabelece a educação financeira como conteúdo transversal, inserido em diferentes componentes curriculares. No entanto, a realidade mostra que sua implementação ainda é desigual e muitas vezes restrita à Matemática, sem articulação com outras áreas como História, Geografia e Sociologia, que poderiam enriquecer o debate ao abordar dimensões culturais, sociais e políticas do dinheiro.

Um ponto de destaque é a dimensão coletiva e transformadora da educação financeira. Os resultados analisados indicam que o conhecimento adquirido pelos jovens repercute

diretamente no ambiente familiar, promovendo mudanças de comportamento e ampliando o alcance social das práticas escolares (Soares Júnior *et al.*, 2021). Essa constatação aproxima a educação financeira do conceito de capital social, entendido como a capacidade de gerar redes de confiança, cooperação e sustentabilidade comunitária. Ou seja, ao desenvolver competências financeiras nos jovens, a escola também contribui para a construção de comunidades mais resilientes e economicamente equilibradas.

Contudo, a efetividade dessas iniciativas depende de continuidade e institucionalização. Projetos pontuais, ainda que bem-sucedidos, não garantem mudanças estruturais. É necessário transformar a educação financeira em uma política pública permanente, com financiamento adequado, materiais pedagógicos específicos e mecanismos de avaliação de impacto. Sem esse esforço, corre-se o risco de dispersar experiências isoladas sem consolidar uma prática nacional. Diante desse cenário, três recomendações principais emergem da literatura:

Formação docente continuada: investir na capacitação dos professores como condição essencial para a efetividade da educação financeira.

Metodologias ativas e contextualizadas: privilegiar práticas inovadoras (jogos, simulações, projetos interdisciplinares) que favoreçam a aprendizagem significativa.

Integração com políticas sociais: articular a educação financeira a programas de inclusão e combate à desigualdade, garantindo que os jovens mais vulneráveis também possam aplicar o que aprendem.

68

Em síntese, a discussão evidencia que a educação financeira, quando desenvolvida de forma crítica, transversal e sustentável, possui potencial para transformar não apenas indivíduos, mas também famílias e comunidades. Mais do que uma competência técnica, trata-se de um direito social que deve ser assegurado a todos os jovens, como forma de promover cidadania, autonomia e justiça social.

Quadro 1 – Estudos selecionados sobre educação financeira em contextos escolares e sociais:

Autor(es) / Ano	Objetivo do estudo	Metodologia	Principais resultados	Limitações / Observações
Sousa, Lobão e Freitas (2022)	Discutir a construção de um currículo transversal de educação financeira no ensino médio integrado	Pesquisa bibliográfica e análise curricular	Reforça a importância da abordagem transversal e contextualizada, articulada a temas geradores	Aponta ausência de materiais específicos e necessidade de formação docente
Silva e Powell (2013)	Apresentar proposta de inserção da educação financeira	Revisão bibliográfica e análise de	Educação financeira deve começar cedo e ser integrada a disciplinas já existentes	Estudo conceitual, sem análise empírica em escolas brasileiras

	na matemática escolar	recomendações da OCDE		
Soares Júnior, Martins e Lopes (2021)	Avaliar impactos da disciplina de educação financeira em Maringá-PR	Estudo de caso em escolas públicas	Resultados positivos no ambiente escolar e familiar, com reflexos em hábitos de consumo	Implementação ainda divergente em relação ao previsto na legislação
Savelli (2021)	Analisar experiência de educação financeira em escola pública de Joinville-SC	Estudo de caso qualitativo (dissertação)	Práticas consideradas satisfatórias, com impactos para além da sala de aula	Estudo limitado a um único contexto escolar
Matias <i>et al.</i> , (2025)	Investigar a abordagem da educação financeira com estudantes da EJA	Pesquisa qualitativa com atividades práticas	Atividades repercutiram em mudanças de hábitos de consumo e planejamento	Contexto específico da EJA, dificultando generalizações
Santos (2025)	Analisar percepções de professores de Matemática sobre a educação financeira	Pesquisa qualitativa em escolas estaduais	Identificou carência de preparo docente e práticas pouco sistematizadas	Limitação à percepção de professores, sem análise direta de impacto em estudante

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da revisão bibliográfica (2025).

CONCLUSÃO

A pesquisa desenvolvida demonstrou que a educação financeira, especialmente no contexto das escolas públicas de ensino médio, é um elemento indispensável para a formação integral dos jovens e para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada. Diante da crescente complexidade do sistema econômico e da facilidade de acesso ao crédito, muitos adolescentes e jovens de famílias de baixa renda encontram-se expostos ao risco do endividamento precoce, sem possuírem os conhecimentos necessários para planejar e organizar suas finanças. Nesse cenário, a escola assume papel central como espaço privilegiado para democratizar o acesso a informações e práticas de gestão financeira, promovendo a autonomia, a responsabilidade e a cidadania econômica.

Os resultados analisados confirmaram que a educação financeira, quando trabalhada de forma crítica, transversal e contextualizada, não se limita à transmissão de conceitos técnicos, mas atua diretamente na formação de valores e hábitos que favorecem o consumo consciente e a tomada de decisões equilibradas em relação ao uso do dinheiro. Além disso, os estudos de caso e experiências relatadas em diferentes regiões brasileiras mostraram que os aprendizados adquiridos pelos estudantes frequentemente se estendem às suas famílias e comunidades, ampliando o alcance social da prática educativa e gerando impactos positivos na organização financeira doméstica. Esse dado reforça a ideia de que a educação financeira escolar não

beneficia apenas o indivíduo, mas também o coletivo, funcionando como um vetor de transformação social.

Entretanto, também ficou evidente que persistem desafios significativos para a consolidação dessa temática nas escolas públicas. A falta de formação adequada de professores é um dos principais entraves, pois limita a aplicação de metodologias inovadoras e o aprofundamento crítico do tema. Soma-se a isso a escassez de materiais pedagógicos específicos, a baixa carga horária destinada à abordagem da educação financeira e a desigualdade estrutural entre redes de ensino públicas e privadas. Essas barreiras indicam que a simples inserção do tema no currículo, sem o devido suporte institucional, não é suficiente para garantir resultados efetivos.

Outro ponto importante a destacar é que a eficácia da educação financeira não pode ser analisada de forma isolada, mas deve ser articulada ao contexto socioeconômico dos estudantes. Jovens de famílias em situação de vulnerabilidade encontram limitações práticas para aplicar os conhecimentos adquiridos, o que reforça a necessidade de políticas públicas integradas que combinem alfabetização financeira com inclusão social. Nesse sentido, a educação financeira deve ser compreendida não apenas como competência individual, mas como um direito social a ser assegurado pelo Estado, de modo a reduzir desigualdades históricas e promover oportunidades mais justas para todos.

70

A análise realizada nesta pesquisa permite concluir que a educação financeira no ensino médio público constitui um instrumento estratégico de prevenção ao endividamento precoce, de fortalecimento da autonomia e de formação cidadã. Ao desenvolver nos jovens a capacidade de refletir criticamente sobre consumo, poupança e investimento, a escola contribui para preparar cidadãos mais conscientes e responsáveis diante dos desafios da vida contemporânea. Esse papel formativo torna-se ainda mais relevante ao se considerar que os impactos da educação financeira extrapolam a esfera individual, fortalecendo redes familiares e comunitárias.

Por fim, destaca-se que a consolidação da educação financeira como prática efetiva depende de esforços conjuntos entre gestores públicos, instituições de ensino e sociedade civil. É urgente investir na formação continuada de professores, ampliar a produção e distribuição de materiais didáticos específicos, incorporar metodologias ativas que estimulem a participação dos estudantes e garantir políticas públicas consistentes que assegurem a continuidade das iniciativas. A educação financeira, assim, deve ser entendida como mais do que um componente

curricular: trata-se de um pilar fundamental de transformação social, capaz de preparar os jovens para uma inserção crítica, autônoma e responsável na sociedade, contribuindo para a redução das desigualdades e para a construção de um futuro mais sustentável e equitativo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial literacy around the world: an overview. *Journal of Pension Economics & Finance*, v. 10, n. 4, p. 497-508, 2011. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1017/S1474747211000448>. Acesso em 29 set. 2025.

MATIAS, R. G.; SANTOS, R. F. dos; LIMA, V. da S.; CERQUEIRA, M. V. G.; OLIVEIRA, L. F. Abordagem da Educação Financeira em discussões sobre organização e planejamento financeiro com estudantes da EJA. *Revista Educação Pública*, mar. 2025. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/25/10/abordagem-da-educacao-financeira-em-discussoes-sobre-organizacao-e-planejamento-financeiro-com-estudantes-da-eja>. Acesso em: 29 set. 2025.

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. OECD/INFE 2016 International Survey of Adult Financial Literacy Competencies. Paris: OECD Publishing, 2016. Disponível em: <https://www.oecd.org/financial/education/oecd-infe-2016-international-survey-of-adult-financial-literacy-competencies.htm>. Acesso em: 29 set. 2025.

SANTOS, J. Educação financeira escolar: percepções de professores de Matemática em escolas estaduais de Araguaína. *Educação em Debate*, Araguaína, 2025. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/emd/article/view/7605>. Acesso em: 3 out. 2025.

SAVELLI, C. C. Educação financeira escolar: o caso de uma escola pública do município de Joinville/SC. 2021. 73 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/07e27681-383f-4a6e-83ff-b55bc5375f6e/full>. Acesso em: 28 set. 2025.

SILVA, M.; POWELL, J. Um programa de educação financeira para a matemática escolar da educação básica. 2013. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/832576051/2013-Silva-Powell>. Acesso em: 29 set. 2025.

SOARES JÚNIOR, E. A.; MARTINS, L. F.; LOPES, A. A disciplina de educação financeira e sua implementação em Maringá-PR: impactos no ambiente escolar e familiar. *EIGEDIN: Revista Científica da Faculdade de Educação e Ciências Sociais de Maringá*, 2021. Disponível em: <https://revista.eigedin.edu.br/index.php/rcfecs/article/view/210>. Acesso em: 2 out. 2025.

SOUSA, M.; LOBÃO, R.; FREITAS, A. Educação financeira no ensino médio integrado: construindo um currículo transversal com base em temas geradores. *Revista Educação*, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/3r4frqg9SYRqvz3jrBKyQqm>. Acesso em: 29 set. 2025.